

**UCAM – UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**

**SEJANA LEITE DE JESUS E SILVA**

**ALTERAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS**

**BRASÍLIA – DF**

**2018**

**UCAM – UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**

**SEJANA LEITE DE JESUS E SILVA**

**ALTERAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS**

Artigo Científico Apresentado à Universidade  
Candido Mendes - UCAM, como requisito parcial  
para a obtenção do título de Especialista em  
direito processual civil- novo código de processo  
civil

**BRASÍLIA – DF**

**2018**

## ALTERAÇÃO NA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

Sejana Leite de Jesus e Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem o desafio de proporcionar ao leitor a percepção das alterações sofridas no Código de Processo Civil, que se denomina agora de Novo Código de Processo Civil. Também é objeto de estudo, a partir da comparação feita com o Código de 1973, apresentar os principais ganhos percebidos pelas partes e todos os envolvidos em demandas jurídicas tendo em pauta a comunicação dos atos nos autos processuais. É traçado, a partir de métodos de estudos inerentes ao tema, sob a ótica de autores renomados, delineando com argumentos textuais e próprios artigos do NCPC, novos rumos do Processo Civil. É nesse ambiente democrático e filosófico que este estudo se orientou. Com esse ensejo, o das comunicações dos atos processuais, tem-se os vieses da citação, das cartas em suas modalidades pré-concebidas e com alterações e das intimações, mormente explanada. Diante do que fora abordado, tem-se a concepção de que fora adequado o momento, bem como as alterações emergidas no Código de Processo Civil de 2015.

**Palavras-Chave:** Código. Processo Civil. Comunicação. Alterações

### Introdução

Este trabalho tem o objetivo de demonstrar algumas mudanças sofridas no Código de Processo Civil, que se denomina agora “Novo Código de Processo Civil – 2015”.

A mudança no Código de Processo Civil de 1973 se iniciou no dia primeiro de outubro de 2009, quando foi instituída, pelo presidente do Senado Federal à época, José Sarney, a comissão de célebres juristas, presidida por Luiz Fux, atualmente Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O distinto grupo, encorajado pela força transformadora do Direito, assim como pelo desejo insculpido com a EC Nº 45, que fez ressonância ao apelo social de maior celeridade processual, progrediu na redação do esboço do Novo Código de Processo Civil.

---

<sup>1</sup> Acadêmica de direito pelo Centro Universitário UNIEURO

O Novo código veio com a instigante missão de ser aclamado como a resposta para o desafio atual projetado:

A proteção da segurança jurídica, a unicidade da interpretação das leis, a determinação da prestação jurisdicional hodierna respeitando as alterações no Direito diligentemente atreladas às evoluções naturais da sociedade.

Participaram também dessa comissão Teresa Arruda Alvim Wambier, Humberto Theodoro Júnior, Adroaldo Furtado Fabrício, Paulo Cesar Pinheiro Carneiro, José Miguel Garcia Medina José Roberto dos Santos Bedaque Almeida, Bruno Dantas, Jansen Fialho de Almeida, Benedito Cerezzo Pereira Filho Marcus Vinicius Furtado Coelho e Alpídio Donizetti Nunes.

Traz-se em pauta a comunicação dos atos processuais sob a égide do novo Código do Novo Processo Civil, sobretudo em relação à intimação das partes a respeito do que ocorre em cada fase do processo que lhes diz respeito.

Tratar-se-á das diversas formas apresentadas no NCPC de alcançar os envolvidos na lide, por meio de pesquisa em obras de autores renomados, que mostram algumas alterações existentes em relação ao código anterior.

## **Desenvolvimento**

Analisando as mudanças sofridas no Código de Processo Civil em relação à Comunicação dos atos processuais, temos que:

Logo no primeiro artigo do NCPC, revogando o mesmo artigo do código de 1973, está disposto que “ O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código.

No artigo 3 – parágrafos 2º e 3º do NCPC, em consonância com o artigo 125, inciso IV do Código de 1973, evidencia-se a relevância de que a conciliação entre as partes é o alvo principal a se buscar entre os jurisdicionados, logo vemos em sua redação: “ §2º O Estado promoverá, sempre que possível a solução consensual dos conflitos; § 3º A conciliação, mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser

estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial”.

Insurge-se em destaque no NCPC, artigo 5º, sopesando ao artigo 14º do código de 1973, que “Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé”.

A igualdade de tratamento assegurada no artigo 125 do código de 1973 é desdobrada e fortemente defendida no artigo 7º do NCPC nestes termos: “ É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório”.

Foi mantido, pelo NCPC os atos processuais, como era previsto no código de 1973. Contudo, houve mudanças com o intuito de observar o finalístico processual como ferramenta do Estado para atingir a harmonia na sociedade.

O direito fundamental da participação no processo em contraditório vem aclamado no art. 5º, LV, da CF, no qual explicita que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”. Ora, assim sendo, o processo para ter caráter eminentemente democrático, necessita que seja costurado em moldura da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa.

Em decorrência desse trâmite, faz-se mister que se dê ciência a cada parte dos atos praticados pelo juiz e pela parte adversa. Para proporcionar o conhecimento dessas informações, o processo civil se vale de dois instrumentos de comunicação dos atos processuais, a citação e a intimação. Ocorre entre juízos a comunicação através de cartas, que podem ser de três modalidades, a saber carta rogatória, carta precatória e carta de ordem.

E é nesse diapasão, que se inserem as comunicações processuais, ato pelo qual é chamado ao processo a parte questionada mediante ação, bem como recebem informações a respeito de despachos, decisões e de como devem, as partes, apresentar ou tomar acertadas atitudes para que o processo possa continuar seu curso a caminho de uma solução justa às questões suscitadas.

No NCPC as comunicações processuais estão dispostas a partir do artigo 236, dispondo que os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial. Esse artigo está em total consonância com o 200 do código de 1973.

Nestes artigos introdutórios da Seção IV do Título II do Livro IV da Parte Geral do NCPC é mostrada a disposição do legislador em aperfeiçoar o modelo de intimações do Código de Processo Civil de 2015, acabando por demonstrar um conjunto de regras aperfeiçoado em relação ao Código de Processo Civil de 1973, que regia a matéria.

Há no código 2015 a novidade da admissão de atos processuais por meio de recurso tecnológico de transmissão em tempo real, como exemplo por meio de vídeo conferência.

São previstas as cartas para a prática de atos fora dos limites territoriais do tribunal, da comarca, seção ou subseção judiciárias, com ressalvas legais.

Serão expedidas cartas, segundo o critério de localização de território e competência, a carta de ordem, a rogatória e a precatória; todas já previstas no código de 1973. Há ainda a inovação da arbitral, que está no inciso IV do artigo 237, que dispõe sobre as cartas, a leitura é a seguinte: “para órgão do Poder Judiciário pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória”. A ordem é dada por juízo de hierarquia superior ao magistrado que acatará a carta para acatar e praticar determinado ato processual.

Com o advento deste código de 2015, foi revogada a previsão de, em caso de urgência, transmissão da carta de ordem e precatória por telegrama, radiograma ou telefone.

Segundo o artigo 238 do CPC, é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual, nova escrita do Código de 2015.

Não só o réu é citado, mas também todos os litisconsortes necessários, como os adjacentes em certas ações, outros em litisconsortes que devem integrar a lide.

Segundo Elpídio Donizetti, “As faculdades do réu ultrapassam a mera resistência ao direito substancialmente alegado. Um exemplo é o reconhecimento do pedido postulado pela parte autora (art. 26 do CPC/1973 e art. 89 do CPC/2015). 2018 – Pag.

209.” Não confere na técnica de uma defesa, mas a citação não pode ser dispensada para a prática do ato em tela.

Além de a citação válida, mesmo que ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Art. 240, cpc/2015. § 1º). Antes, no código de 1973, o previsto era na direção de que apenas a citação válida tem o condão de interromper a prescrição. Isso manifesta que apenas o despacho que ordena a citação não tem força para a interrupção do prazo prescricional. Essa disposição encontra resistência no art. 202, I, do Código Civil, que leva em conta a interrupção da prescrição por ordem do juiz que, mesmo incompetente, despache a citação.

No artigo 245 §3º, vem disposto que se pessoa da família apresentar declaração do médico do citando que ateste a incapacidade desde e não apenas recebimento na pessoa de curador, como antes, no Código de 1973.

O CPC de 2015 inova com o prazo de dez dias para que chefe da secretaria ou escrivão encaminhe ao réu, executado ou interessado, carta, telegrama ou correspondência eletrônica para ciência da realização da citação. Refere-se de meio que aduz maior confiabilidade e legitimidade a essa forma de citação, que conforme jurisprudência do STJ, não participam no curso do prazo para se expressar nos autos.

Lê-se no inciso II do artigo 257 que “ a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos”. Apesar dessa novidade, continua, contudo, a faculdade de o magistrado ordenar que seja feita a publicação de edital em jornal de ampla circulação ou em outro meio próprio que condiz com a real situação da comarca, seção ou subseção judiciária. Refere-se à uma acomodação legal à transformação dos meios de comunicação, permitindo maior campo de conhecimento da citação pelo réu, além de buscar mais economicidade para a realização dos atos processuais.

Da Parte Geral, do Livro IV, que trata dos atos processuais, do Título II, Capítulo IV das Intimações – da Comunicação dos atos processuais.

Segundo Elpídio Donizetti “As intimações constituem, por assim dizer, a liga que dá conexão aos diversos atos do processo”. (2018- pag.231)

Conforme Bermudes,

A intimação é o ato que se efetiva por meio eletrônico, pelo correio, através do escrivão, ou chefe de secretaria, pela publicação, por editais, pelo oficial da justiça. Qualquer ato de ciência inequívoca supre a necessidade de intimação que será demonstrada de diversos modos, como a referência, em petições e outras manifestações que mostre o conhecimento integral do acontecimento processual, depende de comunicação. (BERMUDES, s.d., p 186)

A intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo, art. 269. Logo, entende-se ser ela o veículo que, por maneiras diversas, dispõe a conhecimento como informação sobre os atos processuais, para que o processo continue seu curso até sua efetiva função, qual seja dar a quem de direito o que perseguiu por meio dele.

Segundo a Lei 11.419/2016, a intimação dar-se-á preferencialmente por meio eletrônico, porém, a depender da situação, poderá ser feita pelos modos ditados para a citação, quais sejam, por carta registrada com AR, pelo escrivão ou chefe de secretaria, por oficial de justiça; também podem ser realizadas pelo Diário do Judiciário e até por edital. Ao ser praticado o ato em audiência, nesta os patronos das partes e o Ministério Público são intimados da decisão ou despacho.

Essa ferramenta de comunicação já pode ser promovida pelo advogado da parte adversa, novidade do Código de Processo Civil de 2015, por meio do correio, juntando aos autos, seguidamente, cópia do ofício da intimação e do Aviso de Recebimento. Esta inovação também se dá visando maior celeridade ao processo, deixando a liberdade aos advogados das partes para que promovam o impulso com ciência dos autos a quem de interesse. Ditame do §1º do art. 269.

Feita por meio do advogado, estabelece o art. 277, que está sujeita a que o advogado intimado proceda como lhe houver indicado o ato de que foi intimado.

Já a intimação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público, far-se-á perante o órgão de Advocacia Pública de sua representação judicial – é a leitura do §2º do art. 269.



Com exceção de intimação pessoal da parte – art. 385, §1º por exemplo de testemunhas e peritos, entre similares, a regra é que as intimações sejam realizadas aos advogados, os quais terão a possibilidade de requerer que na intimação a eles dirigida, apresente apenas o nome da sociedade a que pertençam, regularmente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, como determina o art. 272. Há a prerrogativa de que devam ser observados os requisitos à intimação previstos nos parágrafos 2º, 3º e 4º, quais sejam a de que as intimações sejam publicadas em nome dos advogados indicados. Apesar de já serem obedecidos na prática, o STJ adotou o seguinte entendimento, ainda na vigência do CPC de 1973:

Não há nulidade na publicação de ato processual em razão do acréscimo de uma letra ao sobrenome do advogado no caso em que o seu prenome, o nome das partes e o número do processo foram cadastrados corretamente, sobretudo se, mesmo com a existência de erro idêntico nas intimações anteriores, houve observância aos prazos processuais passados, de modo a demonstrar que o erro gráfico não impediu a exata identificação do processo. (STJ, EREsp 1.356.168/RS, Rel. originário Min. Sidnei Beneti, Rel. para acórdão Min. Jorge Mussi, julgado em 13.03.2014, DJe 12.12.2014).

Há agora a previsão de nulidade do ato, tornando possível a reforma desse entendimento.

A intimação poderá ser realizada por oficial de justiça, desde que frustradas as demais. O que o novo código traz é que poderá ser realizada com hora certa ou por edital.

Todas as formas de intimação previstas no código de processo civil têm seu fim no êxito de conclamar, a quem de interesse, a oportunidade de vir processo e exercer seu direito fundamental, que a Constituição República Federativa do Brasil lhe garante, qual seja o de ter acesso à justiça em causa que lhe diga respeito e o de ampla defesa com os meios também estabelecidos neste mesmo código.

Consequente o que fora descrito nos artigos 270 ao 271, deverão ser intimadas as partes e interessados, dos atos do processo não apenas de ofício, mas pelos diversos modos da citação.

Quanto às nulidades das intimações, diferem-se do que se aplicava à época do CPC de 1973, onde verificava-se o vício e se requeria a restituição do devido prazo. Agora, o ato deve ser providenciado na própria petição que argui a declaração de nulidade da intimação, sob pena de preclusão, isso se dá em função de que os autos estão disponíveis às partes, tendo em vista o processo eletrônico. Lê-se, § 8º do art. 272, do CPC 2015. Lê-se “A parte arguirá a nulidade da intimação em capítulo preliminar do

próprio ato que lhe caiba praticar, o qual será tido por tempestivo se o vício for reconhecido”.

Anotações do artigo 269, ainda que o Código de Processo Civil indique as formalidades exigidas para a certificação da realização da intimação, tendo em vista a segurança dos atos processuais, a jurisprudência agora já admite a intimação, em casos onde não haja irregularidades, válida, uma vez que a parte destinada obteve ciência inequívoca do ato processual, reconhecendo intimada e procedente sua confirmação do ato por outra modalidade que não a prevista. Direção a ser seguida em parte das intimações previstas pela Lei 13.105/2015 – segundo a 2ª turma do STJ.

Há no NCPC a novidade da videoconferência, que permite, quando compatível, os atos processuais venham a ser dados dessa maneira ou por outro recurso singular, em tempo real. Buscando mais celeridade ao processo, garantindo às partes o direito ao contraditório.

Vê-se que com todos os meios de comunicação dos atos processuais, aqui trazidos, têm-se salvaguarda a importância do acompanhamento de todos os envolvidos na lide. Esses, legalmente, haverão de se inteirar das questões, sejam despachos, petições, dentre outros movimentos processuais que impulsionam os autos para que obtenha a resposta às questões trazidas ao judiciário de forma isonômica, garantindo-se assim ao direito de petição e do contraditório e ampla defesa.

## CONCLUSÃO

Conclui-se com este artigo, como já assinalado antes, que a comunicação dos atos processuais é de incontestável importância para o razoável andamento do processo, e para o progresso e o esmero do contraditório.

Viu-se que a intimação é o meio apropriado de cientificar as partes, e a quem de interesse, os atos que movem a demanda e, como visto, isso se dá por várias formas: carta registrada com AR, que pode ser também enviada pelo advogado da parte adversa; por meio eletrônico; na própria audiência, quando os advogados se dão por intimados por presenciar o ato processual em questão e pessoalmente, como é o caso de mandado de

intimação a certas pessoas. Os moldes de comunicação, intimação das partes, podem ser os mesmos da citação, devendo cumprir seus requisitos.

Para que se cumpra e usufrua da garantia ao direito a todos salvaguardada pela Carta Maior e pelas leis federais, aplicada segundo a prescrição codificada, faz-se mister que ao buscar a justiça, as partes tenham a prerrogativa de ser intimadas de todos os atos nos autos praticados, sejam por parte dos magistrados, sejam por parte da parte adversa. Essa norma, basilar do NCPC 2015, almeja a isonomia para a boa aplicação do direito.

## REFERÊNCIAS

Coordenadores: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Novo Código de Processo Civil Comparado*. Revista dos Tribunais, 2015.

DONIZETTI, Elpídio. *Novo Código de Processo Civil Comentado: “Análise comparativa entre o NCPC e o CPC/1973*. São Paulo: Atlas, 2018.

BERMUDES, Sérgio. *CPC DE 2015 INOVAÇÕES* – “volume 1”: Rio de Janeiro: GZ Editora, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.